

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61094 - PA
(2019/0168268-6)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : RONILSE MARIA FERREIRA DA CRUZ
AGRAVANTE : ANA RITA REGO CORRÊA
AGRAVANTE : ANDREA SOUSA DA MOTA
AGRAVANTE : BRIGIDA MARIA OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVANTE : CÍCERA MARTINS ANTUNES FONSECA
AGRAVANTE : DARLENE MARIA GOMES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : EDMUNDO SIDNEY OLIVEIRA JATI
AGRAVANTE : EURIDICE LARANJEIRA ALVES DE SOUSA
AGRAVANTE : ESTHER CASIQUE TAVARES
AGRAVANTE : FRANCISCA ROMANA SANTOS DE SOUSA
AGRAVANTE : GIUSEPPE BEECH PISCOPO
AGRAVANTE : JOELMA JOANE VIDAL NASCIMENTO
AGRAVANTE : LUCIVAL DA COSTA BRASIL
AGRAVANTE : LUCILENE DE MORAIS MACAMBIRA
AGRAVANTE : MARIA ALCILENE DO CARMO SANTOS
AGRAVANTE : MARIA LUZINETE FREIRE PAVAO
AGRAVANTE : MARIA DO SOCORRO SOUSA PASSOS
AGRAVANTE : MARIA ONETE SENA FRANCO
AGRAVANTE : MARTA BEATRIZ MENDES DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARINETE SOBRAL PEREIRA
AGRAVANTE : TEREZINHA TAPAJOS ROCHA
AGRAVANTE : VIRGINIA ROCHA PEREIRA
AGRAVANTE : WALDECIR JORGE DOS SANTOS NEVES
AGRAVANTE : MARIA DE FATIMA PONTES SILVA
AGRAVANTE : ARIELA SORAYA DO NASCIMENTO SIQUEIRA
AGRAVANTE : CELIA MARIA ALVES DE MELO
ADVOGADO : MÁRIO DAVID PRADO SÁ - PA006286
AGRAVADO : ESTADO DO PARÁ
**PROCURADOR : MARCELENE DIAS DA PAZ VELOSO E OUTRO(S) -
PA012440**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 131 E 246 DA LEI 5.810/1994 E 31 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A controvérsia dos autos diz respeito a concessão da bonificação salarial denominada "gratificação 50%", prevista nos arts. 132 e 246 da Lei Estadual n. 5.810/1994 (Regime Jurídico Único) e no inciso XIX do art. 31 da Constituição do Estado do Pará, destinada a servidores estaduais que estejam lotados na área de educação especial.

2. O Plenário do STF, no RE-RG 745.811/PA, declarou a inconstitucionalidade formal dos referidos artigos, tendo em vista que os

Superior Tribunal de Justiça

dispositivos sofrem de vício formal de iniciativa, cabendo apenas ao Chefe do Executivo a resolução de edição de normas que alterem o padrão remuneratório de servidores, diante do que prevê o art. 61, § 1º, II, *a*, da Constituição Federal.

3. Assim, o acórdão recorrido não merece reparos. Isso porque encontra-se com fundamentação coerente e fixada em premissas jurisdicionais declaradas pelo STF que determinou a inconstitucionalidade do pagamento da gratificação de 50% visada pelos recorrentes. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator